



**Tese n°** (a ser preenchido pela organização/sistematização)

**Tipo:** substitutiva à tese-guia da FENAJ “Em defesa da regulamentação e formação”

**Título:** Em defesa da regulamentação e da formação

**Proponente:** Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

### **Justificativa**

Cumprindo decisões da categoria nos últimos Congressos Nacionais e em outras instâncias deliberativas nacionais, em 2013 a FENAJ e os Sindicatos realizaram ações nas diversas frentes de batalha pela regulamentação e qualidade da formação profissional. Focamos especialmente nas lutas pela aprovação da PEC do Diploma e das novas diretrizes curriculares para os Cursos de Jornalismo.

Avançamos conseguindo vitórias históricas e que nos empoderaram para prosseguir e vencer também outras lutas pela regulamentação da profissão: conquistamos a aprovação da PEC do diploma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), trabalhamos pela montagem da Comissão Especial e agora batalhamos pela vitória final no plenário da Câmara.

Já no caso das novas diretrizes curriculares, a versão aprovada comporta algumas características marcantes: 1) abandona a teoria crítica dos meios e portanto a reflexão dos jornalistas sobre seu próprio trabalho; 2) configuram o Curso de Jornalismo como instrumento de formação de “mão de obra” para o mercado; 3) não considera a necessidade de avaliar de forma crítica a existência do oligopólio midiático, ou seja, do Capital no jornalismo.

A proposta inicial, da “Comissão Marques de Melo”, preocupou-se em atender as demandas dos empregadores, por exemplo por meio da figura do estágio obrigatório (‘possibilitando a interação da universidade com o setor produtivo’) ou do Mestrado



Profissional (recomendação felizmente não acatada pelo MEC), a qual permitiria a “formação de profissionais especializados, pleito histórico das organizações jornalísticas” (leia-se: empresas de jornalismo).

O texto dos especialistas valoriza excessivamente as redes sociais, a convergência digital e os “novos sujeitos”, mas deixa de considerar o processo de concentração de capitais. A “Comissão Marques de Melo” citou os novos sujeitos do mundo virtual, mas deixou de mencionar os antigos e sempre onipresentes sujeitos, que são os capitais da mídia e do jornalismo.

As novas DCN não regulamentam o estágio em jornalismo, apenas o tornam obrigatório, estabelecendo um mínimo de horas a cumprir (200). Essa medida tende a intensificar a chantagem patronal sobre os alunos de jornalismo, reforçando o lugar-comum, nunca provado, de que o estágio é indispensável à formação profissional.

A FENAJ organizou os Sindicatos e apoiadores na pressão na Câmara, em especial sobre a CCJC, e atualizou nossos materiais de campanha.

## **Propostas:**

- 1) FENAJ e Sindicatos devem prosseguir com um calendário de Dias Nacionais de Luta pela aprovação da PEC do Diploma na Câmara, organizando manifestações no Congresso, em Brasília, e ao mesmo tempo em todos os Estados.
- 2) Sindicatos devem refazer contatos e pressão, por meio das mais diversas formas e atividades (e-mails, redes sociais, telefone, reuniões, coletivas conjuntas, etc...) com o conjunto dos parlamentares da Câmara, para atualização do placar com os votos.
- 3) FENAJ e Sindicatos devem identificar outras lideranças políticas formais e efetivas que possam influir para o andamento positivo da PEC (na Câmara, no Congresso e mesmo fora dele) para contatos e reuniões semelhantes.
- 4) Sindicatos devem, a cada contato/atividade/ação, informar o resultado à FENAJ para o acompanhamento, avaliação, visibilidade e divulgação.
- 5) FENAJ e Sindicatos devem procurar aprofundar a base de apoio na área acadêmica: FENAJ avança junto às entidades como FNPJ, SBPJor e Intercom, buscando ações mais visíveis e organizadas de professores, pesquisadores e estudantes do Jornalismo e demais áreas da comunicação e afins; Sindicatos devem procurar mesma organização nos seus estados e regiões, junto a entidades acadêmicas e cursos.



6) Sindicatos, em cada estado/região, também devem procurar constituir grupos de estudantes para fazer a campanha da PEC, especialmente nas redes sociais.

7) Sindicatos devem identificar nas planilhas de mapeamento dos deputados da Câmara, os que são jornalistas e também parlamentares que podem reforçar lideranças da campanha dentro do Congresso. E devem informar à FENAJ.

8) Sindicatos que ainda não providenciaram, devem dar maior visibilidade à campanha nas suas páginas, com destaque para a nova logo, disponibilização de placar, link para o espaço do movimento no site da FENAJ, divulgação do abaixo-assinado, da fan page no FB “Jornalista, só com diploma”.

9) A partir das novas artes da campanha (camisetas e praguinhas) já disponibilizadas aos Sindicatos, entidades devem também produzir materiais atualizados. FENAJ produz para garantir as ações a serem promovidas na Câmara dos Deputados.

10) A FENAJ e os Sindicatos deverão abrir um ciclo de debates com professores, estudantes e jornalistas sobre as novas diretrizes curriculares;

11) A FENAJ deve propor a revisão das atuais diretrizes nos seguintes parâmetros:

- Todo jornalista deve reunir condições de refletir sobre a realidade e os acontecimentos com independência, do mesmo modo que precisará ser capaz de selecionar informações e colher depoimentos de fontes fidedignas e — com base neles e no seu conhecimento prévio — elaborar relatos e comentários, em forma de texto, imagem ou ilustração, a respeito de tais acontecimentos (ou situações, ou questões) e, quando for o caso, emitir opinião relevante sobre eles. É importante que esse profissional tenha consciência da importância social, política e cultural do seu trabalho, considerando o conjunto da população brasileira e os baixos índices de desenvolvimento social e cultural do país.

- O jornalista deve também possuir uma visão crítica dos papéis desempenhados pelos conglomerados empresariais de comunicação social na sociedade brasileira, bem como dos grandes problemas da atualidade, particularmente daqueles que envolvem o Brasil e a América Latina.

- Adicionalmente, deve, sempre que possível, familiarizar-se com todas as mídias disponíveis, antigas e novas, para que possa desempenhar razoavelmente seu trabalho.

- A formação acadêmica do jornalista deve oferecer-lhe um repertório cultural consistente, amplo e diversificado, o qual, combinado ao uso adequado das técnicas jornalísticas, poderá capacitá-lo a produzir informação de qualidade.

12) O novo currículo deve prever:

- Uma formação minimamente sólida em ciências humanas (História, Sociologia, Antropologia, Filosofia);

- Uma formação minimamente sólida em Economia, com atenção especial para os grandes problemas da atualidade: desenvolvimento econômico com desenvolvimento



social; emprego e desemprego; blocos econômicos; desigualdade social; crise estrutural do capitalismo; economia da informação;

- Noções de Direito e de Relações Internacionais;
- Atenção especial às questões da América Latina, em particular o subdesenvolvimento crônico resultante do colonialismo, as tentativas de desenvolvimento autônomo, as relações Norte-Sul e as temáticas culturais;
- Que o estudo das mídias e das técnicas de jornalismo contemple as chamadas mídias livres e mídias alternativas, bem como o jornalismo sindical. As disciplinas laboratoriais deverão, portanto, levar em conta, além das novas mídias digitais, campos de atuação profissional e segmentos do mercado de trabalho hoje esquecidos ou relegados nas escolas de jornalismo (caso, por exemplo, da cobertura de esportes);
- Independência e autonomia crítica em relação aos interesses que predominam no setor de comunicação social. Neste sentido, é inaceitável que empresas ofereçam disciplinas e controlem inteiramente seu conteúdo, como ocorre hoje na ECA-USP;
- Reflexão crítica sobre as fontes e as pautas. Formação ética que não permita ao jornalista incorrer em conflito de interesses.”

Avançar em mecanismos de fiscalização do estágio em jornalismo

Promover o debate e a luta por uma avaliação institucional das universidades e cursos, que garantam uma avaliação capaz de diagnosticar os problemas para transformar a formação acadêmica e profissional